

## ARTIGOS

### REPRODUÇÃO SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: REFLEXÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DO TEMA<sup>1</sup>

Orlandina de  
Oliveira<sup>II</sup>

Vania Salles<sup>II</sup>

*O texto sistematiza contribuições teóricas recentes sobre os processos de reprodução social a fim de delinear um marco de referência para a formulação de linhas de pesquisa no campo dos estudos da reprodução da força de trabalho. Para tanto revisa, em sua primeira parte, alguns dos elementos constitutivos dos processos de reprodução da sociedade na teoria sociológica contemporânea; na segunda parte, examina a literatura socio-demográfica, retomando aspectos conceituais pertinentes ao estudo da reprodução da população e da força de trabalho; na parte final, propõe linhas de investigação para uma abordagem ao estudo do papel dos indivíduos e das famílias na reprodução da força de trabalho.*

Este texto procura sistematizar algumas contribuições teóricas recentes sobre os processos de reprodução social, de modo a delinear um marco de referência para a formulação de linhas de pesquisa no campo dos estudos da reprodução da força de trabalho. Trata-se de uma abordagem inicial que, por isso mesmo, não se pretende exaustiva, especialmente em se tratando de um tema tão complexo.

O conceito de reprodução social desempenha aqui o papel de eixo ordenador da exposição por seu caráter integrador de diferentes dimensões do real. Os processos de reprodução incluem elementos biológicos e sociais, estes últimos aludindo a aspectos materiais e sim-

<sup>1</sup>Este texto tem como ponto de partida dois trabalhos intitulados: "Reprodução social, população e força de trabalho: aspectos conceituais e estratégias de investigação\*" e "Ação e estrutura: notas de pesquisa", originalmente elaborados como comunicações científicas (Ver Oliveira Salles, 1986 e 1987).

<sup>II</sup>Professora e pesquisadora do Programa de Doutorado em Ciência Social do Colégio de México.

bólicos; ambos, por sua vez, presentes nas esferas do econômico, do demográfico e do político.

Alguns autores referem reprodução social à reprodução global da sociedade ou de sistemas sociais; outros, aplicam este conceito à recriação do social em diferentes âmbitos: individual, familiar, grupai e societal. Compartilhamos esta última abordagem. Por social, no contexto desse trabalho, quer se fazer referência ao construído por sujeitos, individuais ou coletivos, mediante suas ações.

Neste artigo revisamos, inicialmente, alguns dos elementos constitutivos dos processos de reprodução da sociedade na teoria sociológica contemporânea. Em uma segunda parte, examinamos a literatura socio-demográfica de modo a retomar aspectos conceituais pertinentes ao estudo da reprodução da população e da força de trabalho. Por último, propomos linhas de investigação para uma abordagem ao estudo do papel dos indivíduos e das famílias na reprodução da força de trabalho.

## 1. REPRODUÇÃO SOCIAL: BREVE REVISÃO DE ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

A busca de alternativas teóricas e metodológicas para avançar no estudo da reprodução da força de trabalho levou-nos a realizar uma revisão seletiva de alguns autores<sup>1</sup>. Previlégiamos aqueles que influenciaram a recente produção latinoamericana sobre população - como é o caso de Pierre Bourdieu - ou que propuseram estimulantes linhas de reflexão - como Anthony Giddens.

A abordagem dos textos buscou resgatar algumas das exigências metodológicas que o uso do conceito de reprodução impõe à investigação social. Tratamos dois aspectos interrelacionados: (i) o caráter multidimensional do processo de reprodução, que requer a articulação de diversas dimensões e níveis analíticos; (ii) a necessidade de incorporar a mudança e a ação social como elementos constitutivos da reprodução. Nosso interesse em destacar estes aspectos vincula-se aos esforços da teoria social contemporânea por superar os dualismos entre indivíduo e sociedade (ação e estrutura), entre níveis micro e macro-sociais e entre permanência e mudança, freqüentes na análise da realidade social (Giddens, 1976, 1979, 1981).

Frente a esses dualismos, e em especial à problemática da relação entre a ação social e as estruturas no processo de constituição e mudança das sociedades, Giddens (1976) procura integrar dois campos de reflexão aparentemente contrapostos. Por um lado, o pensamento estruturalista que confere escassa importância ao papel dos su-

<sup>1</sup> Iniciamos uma revisão mais exaustiva do tema no Seminário "Teorias Sociológicas Contemporâneas" ministrado no Programa de Doutorado do Centro de Estudos Sociológicos do Colégio de México.

jeitos sociais e ao sentido que estes imprimem à sua ação centrando-se em elementos globais. Por outro lado, as distintas correntes que situam o indivíduo no centro da reflexão sociológica e para as quais o estrutural e o institucional adquirem pouco peso<sup>2</sup>.

Ao referir-se à diferenciação entre análises macro e micro- sociais, Giddens sustenta que não existe defesa teórica para a suposição de que os processos cotidianos de interação social estejam desconectados do desenvolvimento de longo prazo das instituições sociais<sup>3</sup>. Propõe (Giddens, 1981: 172) dois conceitos centrais: dualidade estrutural e processo de estruturação. O primeiro remete ao vínculo lógico entre ação e estrutura: o conceito de estrutura pressupõe o de ação e vice-versa. O segundo aponta em direção a dois elementos: (i) os sistemas sociais são estruturados unicamente mediante sua reprodução contínua e contingente no âmbito da vida cotidiana e (ii) a ação social dos atores é limitada pelas consequências inesperadas da ação<sup>4</sup>.

Na teoria da estruturação, Giddens recupera o movimento como um fundamento da estrutura, sem negar a existência temporalmente fixa desta. Segundo esta perspectiva (Giddens, 1976: 128), o conceito de reprodução remete tanto ao estudo da estabilidade social, quanto ao da mudança<sup>5</sup>.

A discussão sobre a relação entre indivíduo e estrutura constitui uma preocupação constante da teoria social desde os clássicos (ver Giddens, 1976 e 1979). Para Durkheim, por exemplo, a sociedade conta com uma força própria para impulsionar sua reprodução que, neste caso, seria auto-regulada estruturalmente. Em Weber, a liberdade inicial do sujeito da ação (o indivíduo) cai prisioneira de processos (como o de racionalização) os quais, uma vez estabelecidos, resolvem-se apenas no nível macro (escapando à vontade individual). Marx também reivindica espaços para a problemática do indivíduo, sobretudo em sua discussão do pensamento de Feuerbach, "no qual se perdia o homem individual ativo como sujeito primário do movimento histórico social" (Zeleny, 1974).

Giddens (1981:164) define instituição social como "práticas sociais estruturadas que tem uma ampla extensão espacial e temporal organizada no que Braudel chamou de 'longue durée' de tempo, e que são seguidas ou reconhecidas pela maioria dos membros de uma sociedade".

Para este autor os mecanismos de funcionamento da sociedade não se assemelham aos da linguagem, muito embora a unidade fala-linguagem seja útil para ilustrar a existência da dualidade: ação/estrutura (momento/totalidade, presença/ausência).

A perspectiva de Marx permite conceitualizar permanência e mudança como um processo único na medida em que enfoca a reprodução das relações sociais do ponto de vista das contradições. Tanto a reprodução como a transformação social são produtos de praxis (ver Echevarria, 1984). Giddens retoma a ideia de que a praxis - ou um conjunto determinado de práticas sociais - é um "elemento fundamental na reprodução, com ou sem mudanças. Outros autores contemporâneos também o fazem. Barel (1973), por exemplo, sugere que a perpetuação e mudança de certos sistemas sociais (no tempo e no espaço) são aspectos constitutivos da reprodução social. Esta última é vista como uma forma

Para Giddens (1979, 1981), o processo de constituição do social tem um duplo caráter: aparece como estruturado e ao mesmo tempo em estruturação. Ocorre em um campo virtual, proporcionado pelas estruturas, e é resultado da ação dos sujeitos criadores dessas mesmas estruturas. A ação social é vista como produto e, ao mesmo tempo, como produtora de estruturas virtuais, sem as quais seriam inexplicáveis, tanto a ordem, quanto a transformação. Nesta ótica, é fundamental complementar a idéia de produção da vida social com aquela de reprodução social das estruturas.

Assim sendo, embora o conceito de reprodução social não seja explicativo dos processos de permanência e mudança do social, permite articular elementos que os explicam em termos de ações sociais pautadas por estruturas e recriadoras de estruturas. Essas são definidas (Giddens, 1979 e 1981) em termos de regras e recursos que se fazem presentes nos sistemas sociais de maneira virtual<sup>6</sup>. Os atores sociais utilizam recursos (capacidade e conhecimento) em suas ações<sup>7</sup> e, ao fazê-lo, reproduzem as propriedades estruturais do sistema, tendo como limite as restrições impostas pelas conseqüências de suas ações prévias (Giddens, 1981). Os limites às ações sociais podem estar dados por suas conseqüências não intencionais<sup>8</sup>.

A complexidade do processo de constituição do social (sua permanência e mudança) requer, assim, a articulação de diversos âmbitos analíticos - estruturas, instituições, vida cotidiana, práticas sociais - e uma maior elaboração da problemática das mediações. Para Bourdieu (1979, 1980a e 1980b) os conceitos de *campo* e de *habitus* cumprem função mediadora. O primeiro, tomado de empréstimo a Bachelard,

particular de combinação entre persistência e mudança, na qual a persistência é necessária à mudança e vice-versa. A predominância de um destes aspectos sobre o outro caracteriza um sistema social num espaço de tempo.

<sup>6</sup>Com base na revisão de diferentes obras de Giddens, escritas em períodos distintos, Thompson (1986) assinala que o conceito de estrutura social, ao ser definido em termos de regras e recursos, dificulta a abordagem analítica dos distintos níveis envolvidos nas transformações sociais. Para outros comentários críticos a este conceito ver Callinicos (1985) e Archer (1982).

<sup>7</sup>Para Giddens (1981: 164), as ações se referem a "dois componentes de aspectos da conduta humana, aos quais me referirei como capacidade (*capability*) e conhecimento (*Knowledgeability*) ... Capacidade não deve ser confundida com a aptidão dos seres humanos de tomar decisões. A tomada de decisões é uma sub-categoria de capacidade em geral, quando se refere às circunstâncias em que indivíduos conscientemente se defrontam com um conjunto de alternativas potenciais de conduta e escolhem entre elas ... Por conhecimento, refiro ao fato de que os membros da sociedade sabem muito a cerca de seu funcionamento".

<sup>8</sup>Para Weber a ação individual, suporte da ação social, depende de uma atitude "livre" do sujeito que a executa, porém gera resultados não procurados (não-intencionados). Estes efeitos inesperados, independentemente da vontade do indivíduo, conformam um "marco compulsório" no qual se desenvolve a racionalidade como uma necessidade (Giddens, 1979).

foi desenvolvido de modo a evitar os raciocínios que dividem a realidade em estruturas e práticas, estabelecendo níveis interconectados de análise. O conceito de habitus atende à maneira como o social é capturado pelos indivíduos. Esta aproximação do social dá-se no marco de um sistema de habitus, que surge da possibilidade de expansão dos habitus a grupos e classes sociais, ao ultrapassar o nível dos indivíduos e suas práticas<sup>9</sup>. Por habitus de classe Bourdieu (1979, 1980b) entende um sistema de disposições com componentes inconscientes, que orienta as práticas dos sujeitos e confere às mesmas uma coerência não-intencional. A constituição dos sistemas de habitus inclui uma perspectiva de movimento:

*"o habitus, além de ser 'uma estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas'... é também 'uma estrutura estruturada' pelas condições objetivas' (Bourdieu, 1979:191).<sup>10</sup>*

O conceito de prática alude a uma atividade humana concreta desenvolvida no cotidiano, num contexto relacional, supondo um processo de intervenção do sujeito sobre um objeto ou situação, em condições espaciais e temporais definidas. As práticas, individuais ou coletivas, são estruturadas por determinações de classe e podem ser reguladas e regulares sem ser produto de obediência às regras; as práticas não são reações mecânicas aos habitus que as geram.

O conceito de prática supõe a existência de estruturas de opções historicamente determinadas e atende ao conceito de estratégias. Bourdieu, em uma investigação sobre grupos camponeses, analisa estratégias matrimoniais que se integram às estratégias de reprodução. Estas últimas englobam práticas sociais diferenciadas, realizadas conscientemente ou inconscientemente por indivíduos, famílias, grupos sociais, para conservar ou aumentar seu patrimônio e, ao mesmo tempo, manter ou melhorar sua posição na estrutura de relações de classe (Bourdieu, 1976, 1979: 145).

Este enfoque não pode isolar as relações econômicas entre as classes das percepções e símbolos; é a partir da combinação desses elementos que se organizam os processos de reprodução da diferenciação social. As diferentes condições de existência produzem habitus distintos e as práticas engendradas por estes habitus reforçam as desigualdades contidas nas condições de existências (Bourdieu, 1979).

**Para uma observação crítica à presença débil das práticas como reinteração e transformação de sistemas de habitus, ver Garcia Canclini, s/d: 25. Para outros comentários sobre o conceito de habitus, ver Salles e Smith (1987) e Smith (1987) e Romano (1987).**

**Qiddens (1979) retoma esta perspectiva de Bourdieu e indica a semelhança que guarda com suas próprias proposições sobre a dualidade da estrutura e dos processos de estruturação.**

É importante pôr à descoberto as relações de força entre as classes que estão ocultas pelas relações simbólicas. O poder de conseguir impor legitimamente significações e de dissimular as relações de força existentes constitui-se em uma violência simbólica. Este conceito provê um marco analítico importante para focar o sistema de ensino, não apenas a partir das suas funções de instituição de caráter societal, formalmente encarregada da transmissão do conhecimento, mas enquanto núcleo da reprodução do sistema de privilégios (ancorado na reprodução das classes) e do sistema de relações de dominação (Bourdieu e Passeron, 1976).

Esta breve referência a Giddens e Bourdieu permite ilustrar a relevância de discussões sobre aspectos tais como: as dimensões materiais e simbólicas, a articulação das óticas de análise macro e micro-social, a problemática das mediações entre estrutura e indivíduo e o estudo das práticas sociais e dos processos de permanência e mudança para explicar os processos de reprodução social.

## 2. REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO E DA FORÇA DE TRABALHO: ASPECTOS CONCEITUAIS

A literatura sobre população e desenvolvimento produzida na América Latina a partir dos anos 70 tem denotado a preocupação em vincular a dinâmica demográfica com os processos de mudança da sociedade. O interesse centrou-se nas transformações e nas determinações históricas e estruturais dos fenômenos populacionais. Os autores indagavam-se sobre as inter-relações entre reprodução da população e reprodução da sociedade.

O conceito de reprodução social, ao referir-se à emergência, manutenção e mutação ao nível da sociedade, das famílias e dos indivíduos, e ao abarcar aspectos materiais e simbólicos, deixa clara a importância dos processos de permanência e mudança demográficas como elementos centrais para a análise da dinâmica social (Torros, 1986).

*'Na medida em que a reprodução exige a reprodução entrelaçada de sistemas ideológicos, culturais, de sistemas sociais e econômicos e de uma população, a dinâmica demográfica vem a constituir-se não em uma questão acessória, mas, sim, tão fundamental como o são as questões ideológicas, sociais e materiais para o estudo da sociedade' (Torros, 1986: 34).*

Como sublinham Lerner e Quesnel (1986), em concordância com Giddens (1979) e Bourdieu (1979), a dinâmica demográfica deve ser abordada sob duas óticas: como aspecto estruturante - elemento constitutivo das condições de reprodução da sociedade - e como aspec-

to estruturado pelas práticas sociais dos indivíduos submetidos a condições sociais globais. Estas óticas são complementares e requerem a integração de análises estruturais, institucionais e das ações de indivíduos e grupos.

A partir da síntese crítica elaborada por Montali e Patarra (1982) sobre o Grupo da Reprodução da CLACSO<sup>11</sup> pode-se diferenciar duas linhas de reflexão: uma que enfatiza a reprodução da população no contexto da reprodução da sociedade e outra que se centra na reprodução dos indivíduos e em suas determinações estruturais. Essas perspectivas se colocam em diferentes níveis de análise: a primeira enfatiza os aspectos macro-sociais e a segunda as ações individuais e familiares. Embora em certos momentos as duas vertentes tenham experimentado desenvolvimentos paralelos, vários autores trataram as suas inter-relações, que se constituem num requisito para a adequada explicação da dinâmica demográfica.

### *2.1 - Reprodução da população*

Na perspectiva de Ryder (1964), o conceito de população é essencialmente dinâmico. Nas palavras deste autor, uma questão central para a análise demográfica é a mudança no tamanho e composição da população, mediante a contínua entrada e saída de seus membros. A explicação da dinâmica demográfica requer estudos sobre: fecundidade, mortalidade e migração, os níveis macro e micro-sociais, a estrutura e a distribuição da população e o comportamento de coortes consecutivas. Entretanto, o conceito de população, neste nível de abstração, é vazio de conteúdo: ele se refere a um agregado de indivíduos que cumpre uma determinada definição com especificidade temporal e espacial.

A reflexão crítica do grupo de Reprodução da CLACSO orientou-se para a busca das determinações sociais que permitem dar uma maior concretude ao conceito de população.

Enfatizou-se a reprodução da população como um processo social cujo movimento e mudança ganham significado no contexto das transformações da sociedade. Este processo vai além dos limites da reprodução humana e abarca os demais componentes da dinâmica populacional (Montali, Patarra, 1982). Ainda assim, afirma-se que a reprodução da população deve referir-se, também, aos processos de trabalho, às relações sociais e às instituições sociais que permitam explicar as possíveis contadições existentes entre população e recursos

<sup>11</sup>O grupo de trabalho sobre 'Processo de Reprodução da População' da CLACSO se constituiu para repensar o problema da reprodução humana. Os materiais elaborados e publicados têm sido utilizados como ponto de referência para várias reflexões teórico-metodológicas. (Ver entre outros Pzeworski, 1982; Zelman, 1982; Montali, Patarra, 1982; Oliveira, Garcia, 1986; Lerner, Quesnel; 1986). Este conjunto de trabalho estimularam-nos a continuar a reflexão sobre alguns dos temas tratados.

(Geller, 1975).

As referências à organização da produção e suas heterogeneidades, às formas de parentesco e matrimônio e aos aspectos ideológicos contribuíram para que o conceito de reprodução da população não ficasse restrito aos três elementos básicos da equação demográfica (Geller, 1975; Faria, 1982; Oliveira 1976). Redefiniu-se o conceito de população, que passou a referir o conjunto de indivíduos envolvidos em diferentes relações sociais de produção e de reprodução.

São múltiplas as determinações sociais que levam à reposição de indivíduos com características específicas e a reposição dos contingentes populacionais de diferentes grupos e classes sociais. Entre as mencionadas na literatura estão: as transformações econômicas em momentos de expansão e crise; os processos de transmissão de propriedade, ideologias e símbolos; as formas de socialização na infância, educação formal e informal; as estratégias de permanência e mudança das condições materiais de existência, postas em prática por diferentes setores sociais. Entretanto, uma vez analisadas e hierarquizadas as diversas determinações, cumpre regressar ao conceito de reprodução da população de modo a reelaborá-lo.

## 2.2 - Reprodução da população e da força de trabalho

No marco do estudo das inter-relações entre reprodução da população e da força de trabalho, deve-se destacar a diferenciação entre os conceitos de população e de força de trabalho. O primeiro se remete a indivíduos, enquanto que o segundo se refere às capacidades dos indivíduos. Força de trabalho alude:

*"ao conjunto das condições físicas e psíquicas que se dão na corporeidade, na personalidade vivente do homem e que este põe em ação ao produzir valores de uso de qualquer natureza" (Marx apud Gaude-mar, 1979: 130).*

Esta proposição define a força de trabalho como o conjunto das capacidades físicas e mentais da população que se vincula com a produção capitalista de bens e serviços de forma direta, mediante o assalariamento, ou de forma indireta, via colocação de bens e serviços no mercado ou a produção para o auto-consumo. Assim referida, a reprodução da força de trabalho abarca quase toda a população. Todavia, o conceito de reprodução da força de trabalho não é idêntico ao de reprodução da população. O primeiro, além de remeter a capacidades e não a indivíduos, inclui múltiplas formas sociais de reprodução.

Oliveira (1976) destaca que as exigências de força de trabalho pelo capital ultrapassam a disponibilidade de população (resultante das formas de reprodução biológica anteriormente vigentes) e adota outras modalidades: incorporação crescente de mulheres e menores à



população ativa, ampliação da jornada de trabalho e dissolução de formas não-capitalistas de produção. A estas podemos agregar a importância das mudanças tecnológicas e seu papel na reorganização dos processos de trabalho (parcelamento das atividades produtivas, prolongamento da jornada, estabelecimento de sistemas de turnos).

Oliveira (1976:16) privilegia a reprodução da força de trabalho como determinante dos fenômenos demográficos. Outros autores enfatizam a análise da reprodução da força de trabalho para entender a reprodução da população. Welti (1982), concordando com a postura de Leguina<sup>12</sup>, assinala que:

*"a partir do estudo da estrutura e reprodução da força de trabalho é que podemos chegar a explicar os fenômenos da população como parte de todo um processo social, já que é precisamente o conceito de força de trabalho o que nos permite encontrar a relação entre o processo de reprodução da população e outros processos mais gerais e dele determinantes em última instância".*

Em sua tentativa de relacionar os fenômenos de reprodução da força de trabalho, da população e da sociedade, Meillassoux (1977) tendeu, igualmente, a outorgar um papel determinante à reprodução da força de trabalho. Este âmbito apresenta-se como condição indispensável para o funcionamento das demais instâncias envolvidas no processo mais global da reprodução da comunidade doméstica, que constitui o centro de sua atenção.

A busca de uma adequação entre os requerimentos de força de trabalho para a produção agrícola e o crescimento da população transforma-se em uma exigência da reprodução social. Inexistindo, no âmbito interno à comunidade, um equilíbrio satisfatório entre o número dos indivíduos produtivos e improdutivos e entre os contingentes populacionais por sexo e idade, recorre-se ao relacionamento com o âmbito externo à comunidade doméstica, como forma de fazer face às carências da reprodução biológica endógena.<sup>13</sup>

Importa-nos destacar que Meillassoux deixa entrever, em suas análises, o papel das relações de poder, da cultura e das instituições no pro-

<sup>12</sup>Leguina (1976: 6) sustenta que o objeto da demografia pode ser o estudo da estrutura e reprodução da força de trabalho. Segundo este autor, o conceito da força de trabalho unifica, os fenômenos demográficos, isto é, nupcialidade, natalidade, fecundidade, mortalidade, migração, ensino a atividade econômica.

<sup>13</sup>Meillassoux destaca que, para conseguir a força de trabalho adequada, a comunidade institucionaliza a circulação de mulheres, com o objetivo de conseguir os "meios" de reprodução dos contingentes populacionais necessários. Este autor (1977) considera as mulheres quase exclusivamente como meio de reprodução. Visão que talvez se deva à sua constatação da dificuldade da mulher em adquirir um status a partir das relações de produção.

cesso de reprodução. Para ele, o controle da circulação de mulheres, como meios de reprodução, só é possível mediante a criação de espaços de poder, em geral ocupados pelos velhos, e de normas culturais cassentadas no sistema de parentesco, nas relações matrimoniais e na forma de integração da filiação materna no seio da comunidade receptora da mulher. O grupo tem a capacidade de recriar as estruturas e instituições que fundam uma organização social adequada para este tipo específico de sociedade na qual a família é uma peça-chave no estabelecimento e transmissão das práticas de produção e reprodução.

Um exemplo da permanência de determinadas relações é dado por sua análise sobre a exploração da mulher e dos menores mediante as estruturas e instituições criadas pelo grupo e dominadas pelos homens com base na divisão do trabalho entre os sexos (Meillassoux, 1977)<sup>14</sup>. Apesar da referência à recriação da organização social por meio de ações do grupo e ao exercício da dominação por parte de segmentos da comunidade, parece que a explicação do desaparecimento destas sociedades não está remetida à prática de sujeitos que provocam mudanças (rupturas e colapsos), mas ao aparecimento de outros tipos de estruturas sociais.

Sobressai na análise da comunidade doméstica pré-capitalista a dependência que a reprodução da força de trabalho mantém com relação aos processos de reprodução biológica. Enquanto que nas sociedades capitalistas europeias atuais, por ele referidas, a migração da força de trabalho, produzida fora de suas fronteiras, funciona como um elemento central na reprodução da força de trabalho com características específicas (dócil, mal remunerada, apta a assumir tarefas pesadas).

A afirmativa anterior deixa claro que a reprodução das capacidades dos indivíduos refere-se não apenas a seu aspecto quantitativo, mas também ao desenvolvimento de qualidades particulares. Estas últimas adquirem maior importância para a força de trabalho vinculada diretamente ao capital ou à sua disposição. Gaudemar (1979), por exemplo, sublinha a importância do caráter móvel da força de trabalho incorporada à produção capitalista.

*'A mobilidade da força de trabalho aparece, assim, como sua capacidade não só de ser utilizada num tempo máximo, mas ainda em qualquer momento do dia, segundo as exigências do capital investido, com total indiferença para seu ritmo individual ou familiar de vida' (Gaudemar, 1979: 151).*

<sup>14</sup>"A mulher, apesar de função insubstituível na reprodução, jamais intervém como vetor da organização social, desaparecendo por trás do homem: seu pai, seu irmão ou seu marido. Esta condição de mulher... não é natural, mas sim resulta de circunstâncias históricas mutáveis, sempre ligadas as suas funções de reprodutora" (Meillassoux, 1977: 110).

A mobilidade da força de trabalho inclui deslocamentos no espaço (mediante a migração, entre setores, ramos e ocupações). Abarca, também, a idéia de temporalidade e implica num processo de controle da força de trabalho pelo capital.

De modo breve, o processo de reprodução da força de trabalho, além de cobrir o desgaste físico e psicológico do trabalhador enquanto indivíduo, abarca também sua reposição generacional e deve ser remetido à reconstrução do conjunto de capacidades no nível societal. As características que assumem os processos de trabalho e de produção são relevantes para entender a maneira pela qual se reproduz a força de trabalho, com características específicas em termos de qualificação, docilidade, adaptabilidade, rotatividade e eventualidade. Porém, a organização familiar e os mecanismos de socialização, aprendizagem e controle, produzidos no interior das unidades domésticas<sup>15</sup>, das organizações sindicais e da escola, desempenham um papel central neste processo. Os sistemas de ensino formal e os processos de aprendizagem informal atuam diretamente sobre os níveis de capacitação e treinamento da força de trabalho.

No que se refere à reprodução de indivíduos e seus familiares, cabe destacar a diferença entre: (i) a *manutenção*, que se relaciona com a renovação diária da capacidade do trabalhador mediante a satisfação de suas necessidades de alimentação, vestuário, moradia, transporte, saúde e outros e (ii) a *reposição do trabalhador*, que diz respeito à sua substituição ao retirar-se da população ativa. Para repor-se geracionalmente, o trabalhador necessita dos meios necessários para criar seus filhos e satisfazer suas necessidades materiais (Singer, 1977: 118). Também se destaca o papel das unidades domésticas e de seus membros ao pôr em prática mecanismos intra e extradomésticos, fundamentais para a manutenção dos níveis de vida da população em situações históricas dadas<sup>16</sup>.

O estudo da reprodução dos indivíduos e de suas capacidades deve se dar no contexto da heterogeneidade de nossas sociedades. A penetração e o desenvolvimento desigual do capitalismo na América Latina determinam os requisitos da acumulação de capital que, por sua vez, contribuem para a constituição e conservação de diversas formas de utilização da força de trabalho: assalariamento, formação de um exército industrial de reserva, recriação de setores de trabalhadores a domicílio. Do mesmo modo, esses requisitos configuram as características da produção e a divisão social, sexual e técnica do trabalho, que instituem condições de reprodução de capacidades especí-

<sup>15</sup>Em certas circunstâncias, como é o caso da força de trabalho camponesa e do artesanato doméstico, a aprendizagem no âmbito da unidade doméstica é crucial para a qualificação da força de trabalho (Appendini, Pepin, Rendón, Salles, 1986).

<sup>16</sup>Ver Garcia, Munoz, Oliveira, (1982); Martinez, Redón (1982); Salles (1984) Margulis, Turián (1986); De Barbieri (1984); De Barbieri, Oliveira (1985).

ficas. Em outras palavras, uma determinada divisão social e sexual do trabalho cria estruturas de opções que possibilitam ou limitam os indivíduos a desenvolver suas capacidades.<sup>17</sup>

Também o Estado, mediante ações específicas, contribui para regular as condições de reprodução da força de trabalho. Assim, por exemplo, regula a atuação das empresas, ao fixar obrigações sociais, duração da jornada de trabalho e medidas para conter acidentes. A estas ações somam-se outras, instauradas no auge do chamado "Estado do Bem-estar Social", a saber: seguridade social, políticas habitacionais, transporte, educação.<sup>18</sup>

Enfatiza-se igualmente que a cultura operária é um elemento constitutivo das condições de reprodução da força de trabalho (De la Garza, 1985). Bourdieu (1979, 1980a e 1980b) trata os aspectos culturais da perspectiva dos sistemas de habitus de diferentes classes sociais, que estruturam as práticas de consumo. As ações de classe podem gerar mudanças nas condições de reprodução da força de trabalho, mediante a constituição de novas necessidades histórica e culturalmente condicionadas (Terrail et al, 1977).

### 2.3 - Comportamento reprodutivo e estratégias de reprodução

A segunda vertente presente nos estudos do Grupo de Reprodução da CLACSO, como sintetizam Montali e Patarra (1982), concentra a atenção *na reprodução humana* vista como geração de novos indivíduos; embora buscando seus nexos com os processos globais da sociedade, privilegia o comportamento reprodutivo. Essa abordagem privilegia os indivíduos e famílias, enfocando suas características e práticas; ela tem aberto possibilidades analíticas para resgatar as determinações sociais dos comportamentos demográficos, apesar dos problemas teóricos e metodológicos enfrentados.

Uma das dificuldades encontradas centra-se no conceito de comportamento reprodutivo. Alguns autores procuram ampliá-lo de modo a incluir, além da reprodução efetiva (número de filhos), outras dimensões socio-demográficas e simbólicas. Em termos gerais, o conceito de comportamento reprodutivo engloba vários aspectos: padrões de nupcialidade (formação, prolongamento e dissolução de uniões), número e espaçamento dos filhos, uso de contraceptivos, práticas de aleitamento e práticas sexuais. Não obstante, todos aludem principal-

17 Aldunate (1982) remete a reprodução da população ao processo de reprodução de grupos sociais que inclui dois aspectos: a reposição dos novos contingentes de populações e o processo que faz com que esses contingentes se localizem em posições estruturalmente definidas, ali permanecendo. Ver também Edelhölm et al, 1982.

18 Para um maior desenvolvimento dos fatores constitutivos da reprodução da força de trabalho como um processo socialmente organizado, ver: Terrail et al, 1977; Dierckxens, 1978; De la Garza, 1985, entre outros.

mente a elementos relacionados com a fecundidade. Rodrigues (1982), por seu turno, sugere que este conceito seja formulado de maneira mais complexa, em termos de comportamentos possíveis, que incluam numerosos aspectos, materiais e simbólicos, da sexualidade e da procriação.

Outros autores preferem falar em estratégias de reprodução, familiares, de vida ou de sobrevivência; estes conceitos remetem às famílias e unidades domésticas e articulam o comportamento demográfico com outros comportamentos, ligados ao processo de manutenção cotidiana e geracional da população e de reprodução das relações sociais.<sup>19</sup>

Saint Martin (1983), a partir das colocações de Bourdieu, enfatiza as estratégias de reprodução biológica, cultural e social: estratégias de fecundidade, educacional, de transmissão de patrimônio, matrimoniais, de inversão econômica. Estas estratégias, familiares e individuais, ao conservarem a posição dos indivíduos, famílias e grupos na sociedade, contribuem também para reproduzir a estrutura de classes em seu conjunto. Nesta abordagem teórica, o conceito de *habitus* é um elemento unificador das múltiplas estratégias.

A utilização do conceito de estratégia de reprodução constitui um avanço frente à de comportamento reprodutivo. Inclui um maior número de elementos que resgatam processos referidos à reposição numérica dos indivíduos na ação (fecundidade, mortalidade e migração), à reposição de indivíduos com características particulares e à reprodução das relações sociais. Além disso, incorpora de maneira explícita os aspectos simbólicos e permite estudar o campo de opções que se apresenta aos indivíduos.

Como sustentam Przeworski (1982) e outros autores afins com a sua abordagem, o conceito de estratégia remete ao de opções e não ao de ações racionais guiadas por normas e valores interiorizados. Esta é uma observação relevante quando se busca as relações entre a inserção dos indivíduos na produção social e a sua reprodução biológica e social.<sup>20</sup>

Esta maneira de abordar as determinações sociais do comportamento individual ou familiar, põe em questão os esquemas analíticos convencionais. Dois procedimentos têm sido de grande utilidade para avançar na investigação dessas complexas determinações: a sistematização do conceito de relações sociais como estrutura de opções e o resgate da problemática das mediações.

A crítica aos estudos que supõem a homogeneidade dos indivíduos

<sup>19</sup>Ver, entre outros, Duque, Pastrana, 1973; Arguello, 1981; Rodriguez, 1981; Torrado, 1981; Margulis, 1982; Martinez, Redón, 1982; Quesnel, Lerner, 1982; Saint Martin, 1983.

<sup>20</sup>Dedicados à análise do caso do México ver os trabalhos de Tuirán, Lopez 1984 e Mier, Terán, Rabell Romero, 1984.

com idêntica inserção na estrutura produtiva ressalta a diferenciação entre as estratégias e as predisposições de conduta e propõe conceber as relações sociais, de produção e de reprodução, como uma estrutura de opções, associando cada alternativa de ação ao seu grupo particular de conseqüências (Przeworski, 1982)<sup>21</sup>.

Múltiplos aspectos contribuem para configurar um mundo valorativo heterogêneo no interior de grupos e classes; por isto mesmo, os valores, representações, significados e costumes dos indivíduos não devem ser inferidos diretamente a partir de sua inserção econômica, mas, antes, ser objetos de análise em si mesmos. O indivíduo, o casal e os demais membros de uma família estão expostos - mediante a influência de diferentes instituições, dos meios de comunicação de massas e das inter-relações pessoais - a elementos valorativos, predominantes entre outros setores sociais.

De acordo com esta perspectiva analítica, a participação dos indivíduos em diferentes âmbitos de interação e de constituição de relações sociais abre campos de opções que se inter-relacionam. As decisões referentes às práticas de trabalho, sexuais, de procriação, socialização dos filhos, migração, condicionam-se mutuamente; isto é, as estruturas de opções são interdependentes. Daí a importância dos conceitos que permitem articular as diferentes ações ou práticas individuais, como os de *habitus* e de *cotidianeidade*.<sup>22</sup>

As tentativas de relacionar o comportamento individual e a estrutura social têm estimulado o ressurgimento da discussão em torno das mediações (Przeworski, 1982; Zemelman, 1982; Montali, Patarra, 1982; Oliveira, Garcia, 1986). A ênfase nas instâncias mediadoras (Zemelman, 1982) deriva-se da exigência de multidimensionalidade do conceito de *determinação social* e implica a inclusão de diferentes níveis na análise. Remete, também, a um enfoque dinâmico que resgata as temporalidades diferenciais dos processos envolvidos: vale dizer, a temporalidade específica de cada processo.<sup>23</sup>

21As relações sociais estruturam as opções possíveis para os indivíduos localizados em diferentes pontos destas relações e associam cada linha de ação com um grupo particular de conseqüências (...) As relações sociais constituem apenas estruturas locais de opção: da situação atual às subseqüentes' (Przeworski, 1982: 79-82).

22A referência ao cotidiano está presente em diferentes formulações que o privilegiam como espaço originário de variadas práticas. De acordo com Heller (1977) a vida cotidiana é heterogênea e hierarquizada no que se refere ao conteúdo e significado dos diferentes tipos de atividades nas quais os indivíduos estão envolvidos. A designação utilizada por Heller (1977), *vida cotidiana*, é substituída por Habermas (1973) pelo termo *mundo da vida*, enquanto que Giddens (1979) utiliza com freqüência a expressão "everyday life".

23Para uma revisão de posturas que buscam as inter-relações entre a estrutura social e a biografia pessoal e vinculam tempo histórico familiar e individual, ver Balán, Jelin, 1980; Oliveira, Garcia, 1986.

A análise das mediações entre comportamento individual e estrutura social permite apreender a heterogeneidade de opções existentes para indivíduos e famílias que têm uma mesma inserção de classe.<sup>24</sup> As mediações aludem aos múltiplos elementos, materiais e simbólicos, que tornam complexas as determinações sociais. Assim, por exemplo, as situações vistas como homogêneas e dadas a indivíduos, famílias e grupos com uma mesma condição de classe, diversificam-se quando se tem em conta as mediações pertinentes (Oliveira, Salles, 1987).

Nos estudos de população, a análise das mediações aponta para o papel dos elementos políticos, institucionais, culturais, simbólicos e ideológicos na explicação da dinâmica demográfica, à nível societal, grupai ou familiar. As unidades domésticas e as famílias têm tido maior destaque como elementos de ligação entre as estruturas de classe e o comportamento individual<sup>25</sup>. Alguns autores vêem a família como elemento de união entre aspectos biológicos e sociais, que influem no comportamento reprodutivo; outros, buscam as articulações entre relações sociais, relações familiares e comportamento reprodutivo; outros mais, sustentam que o papel mediador da unidade doméstica manifesta-se através da reelaboração das determinações estruturais:

*'pertencer a uma unidade doméstica significa compartilhar uma experiência de vida comum; ao fazê-lo, cada membro encontra múltiplos estímulos e obstáculos à sua ação' (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1982:8).*

Rodrigues (1982), a partir da abordagem teórica de Bourdieu, recoloca a questão das mediações entre classes e práticas no nível simbólico, recuperando o conceito de habitus de classe (mencionado anteriormente). Considera-o adequado para apreender o modo pelo qual os indivíduos processam os determinantes sociais, preocupação compartilhada por muitos teóricos sociais. Nesta abordagem, os determinantes sociais não incidem diretamente sobre o comportamento individual, mas são filtrados pela ordem cultural que os retraduz e os transforma em regras, obrigações, recusas e desejos. Neste contexto teórico, como vimos, as diferenças econômicas entre as classes combinam-se com as diferenças simbólicas e configuram certos habitus de classe, geradores de práticas que reproduzem as estruturas originárias. Jelin, Liovet, Ramos (1986), por sua vez, articulam o problema das mediações com a concepção das relações sociais como estrutura de opções:

<sup>24</sup>Classe concebida como "uma estrutura de escolhas ou opções dadas pelas condições objetivas aos que ocupam lugares dentro das relações de produção" (Przeworski, 1982: 66).

<sup>25</sup>Ver, entre outros autores, Aldunate, 1982; Oliveira, 1982; Garcia, Muñoz, Oliveira, 1982; Quesnell, Lerner, 1982; Jelin, 1980.

*"As condições materiais de vida, em todas as suas dimensões (econômicas, sociais, políticas) estabelecem o leque de cursos de ação abertos aos indivíduos e grupos. Estabelecer qual desses cursos vai realizar-se, e por quem, requer incorporar uma dimensão analítica adicional não de maneira aditiva, mas sim 'mediadora' ou conformadora da ação: a interpretação ou o sentido que essas condições adquirem para o sujeito (individual ou coletivo) que realiza a ação" (Jelin, Llovet, Ramos, 1986: 111).*

A partir desta breve sistematização das abordagens de alguns autores, destacamos várias tentativas de fazer face às perspectivas que atomizam a população, considerando-a como conjunto isolado de indivíduos. Os autores revisados tratam de vincular a reprodução de indivíduos e famílias, com a de grupos e classes sociais para entender as mudanças populacionais como parte integrante da dinâmica social. Além disto, para enriquecer o conceito de população, sugerem que seja analisado o modo pelo qual os indivíduos participam em diferentes relações sociais, que possibilitam e condicionam suas opções de escolha, buscando-se o papel das práticas sociais nas mudanças da dinâmica demográfica. Todavia, pouco se tem avançado na investigação destes aspectos e na análise do papel da cultura, das ideologias e de instituições como a escola, a igreja, as organizações da saúde e as políticas públicas, em seu efeito mediador da reprodução da população e das estratégias de reprodução familiar (Montali, Patarra, 1982; Miró, Potter, 1984; Oliveira, Garcia, 1986).

Os esforços futuros, teóricos e empíricos, devem dirigir-se para superar a separação entre análises macro e micro-sociais e para integrar, na explicação dos processos de reprodução da força de trabalho, a análise dos marcos institucionais (que, a um só tempo, impõem limites e tornam possível a ação individual) e das práticas sociais que podem levar à mudança desses mesmos marcos.

### 3. PRÁTICAS DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

Como vimos, a reprodução da força de trabalho é um processo complexo: envolve a manutenção cotidiana, que cobre o desgaste físico e psicológico do trabalhador, e compreende sua reposição geracional. Além disto, inclui outras formas sociais de reprodução, além do crescimento natural da população, tais como: a dissolução de modalidades não-capitalistas de produção, a migração, a incorporação de mulheres e menores ao mercado de trabalho, a ampliação da jornada. A estas, podemos agregar a importância das mudanças tecnológicas e seu papel na reorganização dos processos de trabalho e na



qualificação da mão-de-obra.

Nestas reflexões sobre possíveis novas linhas de investigação privilegiamos as ações individuais e coletivas, desenvolvidas no cotidiano, visando garantir a reprodução da força de trabalho. Enfatizamos tanto os fatores materiais, como os sistemas de valores e normas que regulam as ações. Ademais, contemplamos as diversas formas de convivência (relações de subordinação, solidariedade e cooperação) entre gêneros e gerações. Consideramos que comportamentos específicos (venda da força de trabalho, migração, decisões sobre o consumo, formas de resistência no trabalho) podem ou não implicar mudanças nestas formas de convivência e repercutir sobre os processos globais de reprodução da força-de-trabalho. Apesar da ênfase que damos ao cotidiano, destacamos também algumas lacunas no que se refere à oferta de estudos sobre as determinações macro-sociais das ações individuais e coletivas.

### *3.1 - Fatores estruturais e institucionais*

Algumas temáticas por examinar dizem respeito a:

- a) a operação de mercados de trabalho rural e urbano, regionais e nacionais, em termos do montante e tipo de oportunidades disponíveis ou da ausência destas, para diferentes setores de trabalhadores, e os níveis educacionais e salariais destes; o impacto dos processos de urbanização, industrialização e diversificação do terciário sobre a divisão social e sexual do trabalho; a constituição de diversos setores de trabalhadores e as condições materiais de existência destes setores;
- b) o papel das políticas econômicas e da mudança tecnológica sobre a criação de emprego, masculino e feminino, os níveis de desemprego, a fixação dos salários e os padrões de consumo de diferentes setores sociais;
- c) a repercussão das mudanças tecnológicas sobre a organização da produção e do trabalho e o aparecimento de novas formas sociais de reprodução da força de trabalho (prolongamento da jornada de trabalho, regime de trabalho em turnos contínuos, incorporação de mulheres e crianças mediante a produção domiciliar) que ilustram a autonomia da reprodução da força de trabalho frente à reprodução humana;
- d) os processos migratórios de diferentes modalidades e seu efeito sobre a dinâmica dos mercados de trabalho, a formação das famílias e a constituição de setores específicos de trabalhadores. As múltiplas formas pelas quais as mudanças econômicas, sociais e demográficas manifestam-se no âmbito das famílias de diferentes setores sociais: modificações nos níveis de fecundidade e padrões de nupcialidade, mudanças nas formas de relacionamento entre gêneros e gerações e seu impacto sobre as modalidades de trabalho de homens e mulheres;

- e) os arranjos informais para obtenção de emprego e o papel dos sindicatos na contratação de familiares, além dos fatores políticos, culturais e sociais que atuam como mediadores entre oferta e demanda. É importante ter presente os critérios de contratação de mão-de-obra impostos pela expansão do capitalismo nacional e internacional e as políticas salariais e de emprego; além de incorporar o exame do impacto das políticas estatais (moradia, saúde, transporte, segurança social), sindicais e das empresas sobre a reprodução da força de trabalho.

### 3.2 - Práticas cotidianas de reprodução da força de trabalho

Para a abordagem do cotidiano, propomos que os diferenciados espaços de interação sejam definidos a partir dos contextos institucionais pertinentes ao fenômeno analisado. No caso da reprodução da força de trabalho alguns destes contextos poderiam ser: a unidade doméstica, a escola, a unidade de produção de bens e serviços, as organizações sindicais e comunitárias.<sup>26</sup>

Na definição desses espaços de interação devem ser tomados em conta dois elementos constitutivos: (i) as interrelações entre indivíduos e grupos que criam e recriam estilos de convivência e (ii) os marcos institucionais - família, organizações sindicais e de trabalho, escola - que contextualizam estas interrelações. Estas últimas, concebidas como práticas, estão mediadas por normas, valores e símbolos - recodificados ou mesmo redefinidos pelas práticas - que estruturam o marco institucional.

Para efeito de nossos interesses de pesquisa, consideramos importante ter presente que homens e mulheres envolvidos em diversas relações sociais, em diferentes momentos de seus cursos de vida, criam e recriam, em suas práticas cotidianas, valores, normas e crenças; deste processo resulta um amálgama de elementos do passado - cristalizados em instituições e presentes nos costumes - e suas atualizações.

Conforme a variabilidade, o peso e o questionamento dos elementos imbrincados estabelecem-se propensões à manutenção ou mudança das relações entre gêneros e gerações. Estas relações podem ser de solidariedade e hostilidade, de harmonia e conflito, de coesão e destruição; isto permite conceituar os espaços de interação como campos de força onde se enfrentam interesses em jogo ou se criam alianças. A maior ou menor presença feminina em diversos âmbitos pode levar a uma redefinição ou reforço destas formas de convivência entre gêneros e gerações e, nesta medida, ter efeitos pertinentes sobre as condições materiais e simbólicas da reprodução da força de trabalho.

No estudo desta problemática geral, pusemos em relevo as práticas

Iniciamos a reflexão nesta direção num "Seminário de Investigação" sobre "Processamento de Produção e Reprodução da Força-de-trabalho", que coordenamos no Programa de Doutorado de Centro de Estudos Sociológicos do Colégio de México.

desenvolvidas em dois espaços de interação: a unidade doméstica e o lugar de trabalho. Entre as práticas realizadas por indivíduos que compartilham unidades domésticas estão aquelas vinculadas à reprodução geracional e cotidiana dos trabalhadores: comportamentos socio-demográficos (formação de família, padrões reprodutivos e migratórios); venda da força de trabalho no mercado e a produção doméstica para o auto-consumo e o mercado; pautas de consumo, socialização (formal e informal) e cuidados com a saúde; formas de resistência a padrões tradicionais de convivência entre gêneros e gerações.

Algumas destas práticas têm recebido atenção em diversos estudos; outras, não obstante, ainda merecem ser objeto de investigações sistemáticas, enfocando-se diferentes setores sociais e contextos regionais. Dentre elas, vale à pena mencionar:

- a) as características das unidades domésticas e as formas de organização da vida familiar que dependem das regras de matrimônio e residência, a procriação e criação dos filhos, as modalidades que assumem a produção de subsistência e de consumo e o exercício do poder, autoridade e controle;
- b) as redes de reciprocidade entre unidades domésticas, a existência de organizações comunitárias para a obtenção de serviços públicos e outros mecanismos extra-domésticos utilizados na manutenção cotidiana;
- c) o surgimento de formas de percepção e assessoramento de novas situações e a criação e recriação de espaços de resistência e de negociação, gestados em torno de práticas específicas, que possibilitam a transformação do marco institucional, normativo e valorativo que as legitimam. Por sua vez, as mudanças institucionais podem levar à formação de novos atores sociais, com práticas distintas. Entre as práticas pertinentes ao âmbito do trabalho estão: (i) aquelas vinculadas à realização de atividades concretas de produção ou de prestação de serviços; (ii) aquelas que dizem respeito às formas de convivência dos trabalhadores entre si e com seus superiores (iii) e as que aludem à participação em sindicatos e modalidades não-institucionalizadas de protesto face às diversas maneiras de exercício do poder. Vários aspectos estão a demandar novas pesquisas, ainda que tenham sido tratados em alguns estudos (ver UNAM, 1984). Queremos destacar a urgência de análises sobre:
  - a) as modalidades que assumem os processos de trabalho e sua influência sobre as características da força de trabalho em termos de sexo, qualificação e níveis de salário;
  - b) as condições de trabalho (em termos da duração da jornada, sistema de turnos, intervalos de descanso); a existência de serviços de seguridade social que cubram assistência médica, educado-

nal, creches e outras reivindicações dos trabalhadores em torno destes aspectos;

c) a participação dos trabalhadores em formas de protesto não-institucionalizadas na busca por melhoria dos seus níveis salariais e das suas condições de trabalho. Cabe pesquisar mais detidamente a repercussão, sobre as formas de resistência e as práticas sindicais vigentes, da presença crescente e ativa das mulheres nos processos de produção. As formas pouco estruturadas de resistência frente a costumes e modos de relacionamento - inculcados através da socialização primária na família, reforçados pela escola, pelos meios de comunicação e pela cultura sindical - podem ganhar força frente a estímulos de índoles diversas: situações de crise, presença de formas coletivas de protesto e questionamento da ordem social.

Entretanto, as resistências que são geradas no cotidiano têm uma relativa autonomia com relação aos processos e movimentos sociais e merecem ser revalorizadas em si mesmas. Estas resistências, sendo fatos reiterativos, têm uma certa persistência a qual, no curso do tempo, pode propiciar mudanças nos estilos de convivência entre gêneros e gerações.

Concluindo, cabe enfatizar que a pesquisa voltada para vincular o âmbito institucional ao das práticas sociais em diferentes espaços de interação requer a revisão e articulação (em torno de problemas particulares como, em nosso caso, as relações entre gêneros e gerações) das teorias referidas a diversos campos: estudos de população, sociologia da educação, teoria das organizações e instituições, estudos de poder, cultura e etnicidade e de processos de trabalho. Este esforço de reflexão teórica deve levar à elaboração de esquemas analíticos que permitam, por um lado, sugerir espaços de interação pertinentes para a análise e, por outro lado, identificar os fatores específicos que se produzem no interior desses espaços, redefinindo, em sua inter-relação, as relações entre gêneros e gerações.

Nessa nossa perspectiva, os espaços de interação constituem, em um primeiro momento, níveis de análise para o estudo das práticas e relações; em outros momentos da investigação devem ser considerados como unidades de análise. A caracterização dos espaços de interação e da dinâmica de seus elementos constitutivos têm que ser estudados e incorporados como mediações entre os processos macro-estruturais e as ações individuais e grupais. Uma vez analisadas as relações gestadas em cada espaço de interação, convém ultrapassar a diferenciação inicialmente estabelecida entre eles, como um recurso analítico. Entre as possibilidades que vislumbramos para logr-lo estão: por um lado, situar-se em um nível de análise que permita articular os espaços de interação e as práticas analisadas; por outro lado, privilegiar um dos espaços de interação para, a partir dele, resgatar as suas vinculações com os demais.

BIBLIOGRAFIA

- ALDUNATE, A.  
1982 Reproducción de la población en 10 ciudades de América Latina (un ensayo de interpretación sociológica). In: \_\_\_\_\_ *Propuestas alternativas para el estudio de la reproducción de la población*. São Paulo: CLACSO, p. 43-168. (Reproducción de la población y desarrollo 2). APPENDINI, K. M., PEPIN., L. RENDÓN., T., SALLES, V.  
1986 *El campesinado en México: dos perspectivas de análisis*. México: El Colegio de México. ARCHER, M.  
1982 "Morphogenesis vs. structuration: on combining structure and action". *The British Journal of Sociology*, [s.l.] v.33. ARGUELLO, O.  
1981 "Estrategias de supervivencia: un concepto en busca de contenido". *Demografía y Economía*, México, v.15. n.2. p. 190-203. BALÁN, J., JELIN, E.  
1980 *La estructura social en la biografía personal*. Buenos Aires: CEDES (Estudios CEDES). BAREL, Y.  
1973 *La reproduction sociale: systemes vivants, invariance et changement*. Paris: Anthropos. BOURDIEU, P.  
1976 "Marriage strategies of social reproduction" In: FOSTER, R. RANUM, O. (eds) *Family and Society*. Baltimore  
  
1979 *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Ed. Minuit.  
  
1980a *Le sens pratique*. Paris: Ed. Minuit.  
  
1980b *Questions de sociologie*. Paris: Ed. Minuit,  
BOURDIEU, P., PASSERON, J.C.  
1976 *La reproducción*. Barcelona: Laya.  
CALLINICOS, A.  
1985 "Anthony Giddens". *Theory and Society*. Londres, v. 14. n.2, mar. DE BARBIERI, T.  
1984 *Mujeres y vida cotidiana*. México: SEP/Fondo de Cultura Económica.  
DE BARBIERI, T., OLIVEIRA, O.  
1985 La presencia de las mujeres en una década de crisis en América Latina. In: FORO DE ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES DE LA CONFEDERACION DE NAIROBI.  
DE LA GARZA, E.  
1985 *Un paradigma para el análisis de la clase obrera*. México: UNAM. (mimeo)  
DIERCKXSENS, W. 1978 *La reproducción de la fuerza de trabajo por el capital*. San José: Universidad de Costa Rica/Instituto de Investigaciones Sociales.  
DUQUE, J., PASTRANA, E.  
1973 *Las estrategias de supervivencia económica de las unidades familiares del sector popular urbano (una investigación exploratoria)*. Santiago de Chile: FLACSO. ECHEVARRIA, B.  
1984 La 'forma natural' de la reproducción social. *Cuadernos Políticos*. México: Era, n. 41, p.33-45, jul./dez. EDELHOLM, F. et al.  
1982 La conceptualización de la mujer. In: ESTUDIOS sobre la mujer. México: SPP (Serie Lecturas, 3). FARIA, V.  
1982 Organização da população. In: ALDUNATE, A. et. al. *Propuestas alterna-*

- tivas para el estudio de la reproducción de la población. Sao Paulo: CLAC-SO, p. 787-798. (Reproducción de la población y desarrollo 2). GAUDEMAR, J.P.*
- 1979 *De Movilidad del trabajo y acumulacion de capital.* México: Era.**
- GARCIA, D., MUÑOZ, H., OLIVEIRA, O.
- 1982 *Hogares y trabajadores en la Ciudad de México.* México: El Colégio de México-Instituto de Investigaciones Sociales (UNAM). GARCIA CANCLINI, N.**
- s.d. *Desigualdad cultural y poder simbólico.* México: [s.n.]. (mimeo).**
- GELLER, L.
- 1975 Un comentario sobre el trabajo titulado: "Notas para un discurso acerca de la ley de población en Marx", de FUCCARRACCIO, A., GONZALEZ, F. In: REUNION del Grupo de trabajo de CLACSO, sobre los Procesos de Reproducción, 4. México: jul, 24 p.
- GIDDENS, A.
- 1976 *New rules of sociological method.* London: Anchor.**
- 1979 *Central problems in social theory.* London: Mac Millan.**
- 1981 Agency institutons and time-space analysis. In: KNORR-CETINA, CICOU-REL, A.V.(eds.). ***Toward an integration of micro and macro sociologies.*** Boston: Rutledge Kegan Paul. HABERMANS, J.
- 1973 *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío.* Barcelona: Amorrortu.**
- HELLER, A.
- 1977 *Sociología de la vida cotidiana.* Barcelona: Península.** JELIN, E. 1980 Trabajo y familia en el ciclo de vida feminino: el caso de los sectores populares de Buenos Aires. *Estudios CEDES*, Buenos Aires, v. 3, n. 8/9. JELIN, E., LLOVET, J.J., RAMOS, S.R.
- 1986 Um estilo de trabajo: la investigación microsocia. In: PROBLEMAS metodológicos en la investigación socio-demográfica. México: PISPAL/El Colégio de México, p. 109-126. LEGUINA, J.
- 1976 *Fundamentos de demografía.* México: Siglo XXI. 372 p.
- LERNER, S., QUESNEL, A.
- 1986 Problemas de interpretación de la dinámica demográfica y de su integración en los procesos sociales. In: PROBLEMAS metodológicos en la investigación socio-demográfica. México: PISPAL/El Colégio de México, p. 109-126. MARGULIS, M.
- 1980 Reproducción social de la vida y reproducción del capital. *Nueva Antropología.* México, n. 13/14, maio.
- 1982 Reproducción de la unidad doméstica, fuerza de trabajo y relaciones de producción. In: SEMINARIO SOBRE GRUPOS DOMÉSTICOS, FAMILIA Y SOCIEDAD. México: El Colégio de México, jul. MARGULIS, M., TUIRÁN, R.
- 1986 *Desarrollo y población en la frontera norte: el caso de Reynosa.* México: El Colégio de México. MARTINEZ, M., RENDÓN, T.**
- 1982 *Reflexiones a partir de una investigación sobre grupos domésticos campesinos y sus estrategias de reproducción.* México: Centro de Estudios Sociológicos/El Colégio de México, (mimeo). MEILLASSOUX, C.**
- 1977 *Mujeres, graneros y capitales.* México: El Siglo XXI. MIER, TERÁN, M., RABELL ROMERO, C. 1984 Fecundidad y grupos sociales en México (1971-1977). In: JIMENEZ OR-**

- NELLAS, R., ZMUD, A. M. (coords.) *Los factores del cambio demográfico en México*. México: Siglo XXI/Instituto de Investigaciones Sociales (UNAM). p. 221 - 224. MIRÓ, C., POTTER, J. 1984 *Población y desarrollo: estado del conocimiento y prioridades de investigación*. México: El Colegio de México. MONTALI, L., PATARRA, N. 1982 Introdução: estudo da reprodução da população: anotações críticas sobre sua evolução e encaminhamento de propostas alternativas. In: ALDUNATE, A. et. al. *Propuestas alternativas para el estudio de la reproducción de la población*. São Paulo: CLACSO, p. 03-42 (Reproducción de la población y desarrollo 2). OLIVEIRA, F. 1976 A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos CEBRAP*, S. Paulo: CEBRAP, n. 16, p.6-25, abr/jun. OLIVEIRA, M. C. 1982 Reprodução: união dos sexos e família. In: ALDUNATE, A. et. al. *Propuestas alternativas para el estudio de la reproducción de la población*. São Paulo: CLACSO, p.495-520 (Reproducción de la población y desarrollo 2). OLIVEIRA, O., GARCIA, B. 1986 Encuestas. Hasta donde. In: PROBLEMAS metodológicos en la investigación sociodemográfica. México: PISPAL/El Colegio de México, p. 65-83. OLIVEIRA, O., SALLES, V. 1986 Reproducción social, población y fuerza de trabajo: aspectos conceptuales y estrategias de investigación. In: REUNIÓN: DO SOMEDE, 2. México [s.n.].
- 1987 Acción y estructura: notas de investigación". In: CLACSO. *El taller sobre transformaciones de la estructura social latinoamericana*. Buenos Aires: maio.
- PRZEWORSKI, A. 1982 Teoría sociológica y el estudio de la población: reflexiones sobre el trabajo de la comisión de población y desarrollo de CLACSO. In: REFLEXIONES teórico-metodológicas sobre las investigaciones en población. México: El Colegio de México. QUESNEL, A., LERNER, S. 1982 El espacio familiar en la reproducción social: grupos domésticos residenciales y grupos de interacción (Algunos estudios a partir de la zona henequenes). In: SEMINÁRIO SOBRE GRUPOS DOMÉSTICOS, FAMILIA Y SOCIEDAD. México: El Colegio de México, jul. 30 p. RODRIGUES, A.M. 1982 Un modelo teórico. In: ALDUNATE, A. et. al. *Propuestas alternativas para el estudio de la reproducción de la población*. São Paulo: CLACSO, p. 265-274 (Reproducción de la población y desarrollo 2).
- 1982 Revisão crítica do tipo de explicações sobre o comportamento reprodutivo-vo nas pesquisas de fertilidades e proposta de um modelo alternativo. In: ALDUNATE, A. et. al. *Propuestas alternativas para el estudio de la reproducción de la población*. São Paulo: CLACSO, p. 255-260 (Reproducción de la población y desarrollo 2). RODRIGUEZ, D. 1981 Discusiones en torno al concepto de estrategias de supervivencia. *Demografía y economía*, México, El Colegio de México, v. 15, n. 2. p. 238-252. ROMANO, J. 1987 As mediações na produção das práticas. O conceito de habitus na obra de Bourdieu. In: RIBEIRO, I. (comp.) *Sociedade brasileira contemporânea: família e valores*. São Paulo: Loyola.
- RYDER, N.B. 1964 Notes on the concept of population. *American Journal of Sociology*. Chi\*

- cago, v. 69, n. 5.
- SAINT MARTIN, M.  
1983 "Habitats de classe e estratégias de reprodução". In: PATARRA, N.L. (comp.) *Família, reprodução de la población y dinámica de la sociedad capitalista*. São Paulo: CLACSO, p. 377-395. (Reproducción de la población y desarrollo, 4) SALLES, V. 1984 Una discusión sobre las condiciones de la reproducción campesina. *Estudios Sociológicos*, México, n. 4. SALLES, V., SMITH, M.  
1987 "La reproducción según Bourdieu y Passeron: sus conceptos. *Perfiles educativos*. México, n. 37. jul./set. SINGER, P.  
1977 *Economía política do trabalho*. São Paulo: HUCITEC.
- TERRAIL, J.P. et al.  
1977 *Necesidades y consumo en la sociedad capitalista actual*. México: Grijalbo.
- THERET, B.  
1984 "Estado capitalista, finanzas públicas y reproducción social. In: CONDE, R. (comp.), *La crisis actual y los modos de regulación del capitalismo*. México: UNAM-Iztapalapa. THOMPSON, John B.  
1986 *Studies in the theory of ideology*. Berkeley: University of California.
- TORRADO, S.  
1981 "Sobre los conceptos 'estrategias familiares de vida' y 'proceso de reproducción de la fuerza de trabajo'. Notas teórico-metodológicas. *Demografía y economía*, México, v. 15, n. 2. p. 203-233.
- TORROS, A. M. 1986 "Problemas de integración de la dinámica demográfica dentro del análisis social: notas metodológicas para la investigación. In: PROBLEMAS metodológicos en la investigación sociodemográfica. México: PISPAL-El Colegio de México, p. 33-64. TUIRÁN, R. M. B., LOPEZ, E.  
1984 "Prácticas anticonceptivas y clases sociales en México: la experiencia reciente. In: SEMINARIO LA FECUNDIDAD EN MÉXICO: CAMBIOS Y PERSPECTIVAS. México: El Colegio de México. UNAM (México)  
1984 *El obrero mexicano*, 1: Demografía y condiciones de vida. México: Siglo XXI.
- WELTI, C.  
1982 "Algunas consideraciones teóricas para el estudio de la población en América Latina. In: ALDUNATE, A. et. al. *Propuestas alternativas para el estudio de la reproducción de la población*. São Paulo: CLACSO, p. 245-254 (Reproducción de la población y desarrollo 2). ZELENY, J.  
1974 *La estructura lógica de "El Capital" de Marx*. México: Grijalbo.
- ZEMELMAN, H.  
1982 "Problemas en la explicación del comportamiento reproductivo (sobre las mediaciones). In: REFLEXIONES teórico-metodológicas sobre investigaciones en población. México: El Colegio de México.

Este texto foi originalmente publicado por *Universidade y Sociedad Abierta*, Lima, agosto de 1988.

Tradução de Maria Tereza Ramos da Silva e revisão de Nadya Araújo Castro.